

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS Ata da 65.ª Reunião Ordinária - 10/09/2015 - 09h00min Instituto de Zootecnia - Nova Odessa/SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
AESABESP	Antonio Aparecido Zampronio (T)
ASSEMAE	Natália de Freitas Colesanti Perlette (S)
CATI	Henrique Belinaso (T)
CETESB	Denise Dedini (T)
CIESP – DR S.B.O.	Jerry Willians de Morais (T)
CODEN	Rean Gustavo Sobrinho (T)
Cooperativas de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (S) Geraldo G. J. Eysink (T)
DAE Jundiaí	Maria Carolina H. D. e Simões (T) Cláudia Debroi de Campos (S)
DAE Santa Bárbara D' Oeste	Mônica Tortelli (T)
DAEE	Walter Antonio Beccaro (T)
Geoblue	Felippe Dalsin Rodrigues Lima (S)
GRUDE	Edenilson Carlos Stoque (T)
Instituto de Zootecnia	João José A. de Abreu Demarchi (T)
P.M. Itupeva	Márcia Sumagawa Oku (T)
P.M. de Jaguariúna	Aline Granghelli (T)
P.M. de Limeira	Rubia Caroline Narcizo (S)
P.M. de Mairiporã	Antônio Carlos Nery Pinho (T)
P.M. Nova Odessa	Fernanda Rodrigues Dagrela (T) Aryhane Massita (S)
P.M. de Salto	Carlos Henrique Russafa Miguel (T)
PUC Campinas	Luiza Ishikawa Ferreira (T)
SANASA	Natália de Freitas Colesanti Perlette (T)
SMA/CBRN	Kazue Matsumoto (S)
SMA/CFA	David Vieira (S)
UNICAMP	André Munhoz de Argollo Ferrão (T)

Convidados	
Entidade	Representante
Agência PCJ	Maria Eugênia Martins
	Leonardo L. Baumgratz
	Kátia Gotardi
	Sérgio Razera
CETESB	Marcos Zanaga Trappé
COMDEMA Jundiaí	Ademir Lopes Gomes
GAEMA Campinas - MP	Rodrigo Sanches Garcia
P. M. de Nova Odessa	Secretária Carla Lucena
P.M. de Salto	Carlos M. de Faria
Sindicato Rural Bragança Paulista	Rodrigo C. Ribeiro
UNICAMP - LABORE	Lucimerhy Martins Braga

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

**1. Pauta:** A convocação da reunião e a pauta prévia foram enviadas aos membros por meio de mensagem eletrônica no dia 03 de setembro de 2015. **2. Abertura da 65ª Reunião Ordinária da CT-RN - Reunião conjunta com CT-Rural:** João Demarchi (IZ), secretário da CT-RN, agradeceu a presença de todos, deu boas vindas e convidou as autoridades para compor a mesa. O prefeito de Nova Odessa, Benjamim Vieira de Souza, agradeceu a coordenação das duas câmaras técnicas e iniciou sua apresentação sobre os programas de recuperação de nascentes do município (Programa de Segurança Hídrica do Município de Nova Odessa), que tem o apoio técnico do Pesquisador Rinaldo de Oliveira Calheiros (IAC), o qual apresentou resultados positivos em pouco tempo. Destacou a criação dos ecopontos para que a população possa descartar entulhos materiais danosos ao meio ambiente e citou a rigorosidade da fiscalização na autuação. Citou as conquistas no controle de perdas de água do município e a recuperação e desassoreamento das represas do município. Ao final agradeceu e desejou uma boa reunião a todos. **3. Avaliação da Minuta da Política de Recuperação, conservação e Proteção dos Mananciais dos Comitês PCJ:** A seguir os Coordenadores da CT-Rural João Baraldi e o Coordenador Adjunto da CT-RN, Henrique Bellinaso (CATI), este último falando em nome dos dois, agradeceram ao Grupo GT-PSA, responsável pela elaboração da política e solicitou ao Coordenador da CT Rural que fizesse a apreciação das atas anteriores da CT Rural e da CT RN, que foram encaminhadas aos membros anteriormente. João Baraldi (SR de Rio Claro) abriu espaço para manifestação, nenhuma alteração foi proposta e as atas da reuniões anteriores foram aprovadas. Ainda com a palavra, João Baraldi informou que o Sr. Luiz Brasi (Rotary) está se recuperando de uma enfermidade e que foi um dos grandes estimuladores da criação da política de PSA e pediu uma salva de palmas. A seguir a palavra foi concedida a Isabella Clerici De Maria (IAC), coordenadora do GT-PSA, que elaborou uma apresentação sobre a política para que todos soubessem como está estruturada. Agradeceu o apoio de todos os membros e informou que, uma vez terminada a palestra, o documento seria lido para checagem item a item. Informou ainda que um grupo menor dentro do GT-PSA se engajou na redação da minuta e que muitas reuniões foram necessárias para transformar o que no início era uma política de PSA até uma política de recuperação de mananciais e obter o consenso do grupo. Afirmou também que o documento apresentado foi o resultado de inúmeras reuniões, visitas aos projetos piloto, palestras e discussões ocorridas nas duas CTs reunidas nesta data. Antes da apresentação, o Sr. Sérgio Razera (Agência PCJ), destacou a importância das duas câmaras não apenas na

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS Ata da 65.ª Reunião Ordinária - 10/09/2015 - 09h00min Instituto de Zootecnia - Nova Odessa/SP

consolidação da política, mas também na convicção de que se trata da melhor política que as duas câmaras puderam elaborar e que devem defendê-la e aperfeiçoá-la, pois é necessário aplicar os recursos existentes em bons projetos. Dentre as primeiras sugestões, Denise (CETESB) informou que a política deve buscar ações na bacia de contribuição ou área de recargas para garantir a manutenção de vazão de nascentes. As sugestões aprovadas foram sendo incorporadas ao texto exibido na tela. Nelson Barbosa (Terceira Via) propôs utilização de um critério baseado em um Zoneamento Econômico Ambiental. Isabella indagou a existência deste Zoneamento e Denis (CATI) informou que a inexistência do mesmo poderia travar a aplicação da política até a criação/regulamentação deste, ou mesmo exigir a elaboração de mais um anexo. Isabella informou que no momento pode ser utilizado o Plano Diretor Florestal, que está em elaboração, como Zoneamento. Rodrigo Sanchez (GAEMA) informou que um item "outros considerados pertinentes a esta política" pode ser cabível para atender a outros planos que venham a ser criados. A seguir foi discutida a possibilidade para aplicação dos recursos federais para novos barramentos. Sérgio Razerza manifestou incerteza sobre esta possibilidade, mas afirmou que para regularização é possível. Dirceu Brasil (PM de Limeira) tem observado que a regularização de barramentos junto ao DAEE como praticamente similares a realização de um novo, com projetos exigentes e com valores elevados para o produtor. Henrique Bracale (TNC) propôs a elaboração de um fluxograma para o banco de projetos, e a Dra. Isabella informou que a operacionalização ficará a cargo da Agência PCJ. Durante a apresentação da política de PSA, Isabella informou sobre a imprescindibilidade de existir uma política municipal direcionada para tal. Defendeu que a continuidade dos pagamentos e os valores a serem pagos por PSA deverão ser estipulados pelas legislações municipais de recursos hídricos, conforme a realidade local. A seguir discutiu-se a necessidade de se estabelecer um número mínimo de propriedades que venham a aderir um projeto de PSA. Rudy (Suprema) informou que um número de 70-75% é importante. Henrique Bracale (TNC) informou embora este número seja ideal, não se observa na prática: os produtores vão aderindo conforme o sucesso do programa, e que no projeto produtor de água, valores muito menores foram observados. Com a palavra, Denis salientou que o mínimo de participantes de PSA pode variar em cada região, e sugeriu que o GT-Mananciais poderia estipular o percentual mínimo conforme a análise de cada projeto, pois podem existir casos em que um único proprietário pode ser responsável por mais da metade da área da bacia. O Dr. Rodrigo (GAEMA) informou que é razoável que o GT-

Mananciais, ratifique ou retifique este número mínimo conforme o projeto. A seguir foi apreciado o anexo Plano Integral da Propriedade (PIP). Diversos membros indagaram sobre a necessidade do ato declaratório DAEE. Considerando o princípio da adimplência, decidiu-se que o PIP deve prever a adequação da propriedade à lei vigente, mas no caso do ato declaratório, ele deverá ter um prazo para fazê-lo, caso contrário não poderá receber o PSA. Após os debates e observadas as inserções que se fizeram necessárias pelo Coordenador da CT-RURAL João Baraldi com a concordância do Coordenador Adjunto da CT-RN, colocou em votação a redação final da política corrigida e acompanhada por todos passo a passo, sendo a mesma aprovada por unanimidades pelos membros presentes. **4. Encerramento:** Nada mais foi tratado e a reunião foi encerrada às 12:55 pelo Coordenador da CT-Rural Sr. João Baraldi e pelo Coordenador Adjunto da CT-RN Henrique Belinaso.

Cláudia Grabher  
Coordenadora da CT-RN

Henrique Bellinaso  
Coordenador adjunto da CT-RN

João José Assumpção de Abreu Demarchi  
Secretário da CT-RN